



EDUCAÇÃO SOCIAL E OS FRAGMENTOS DE POVO
SOCIAL EDUCATION AND PEOPLE'S FRAGMENTSLIRA, Jucelino Costa¹
SILVA, André Ribeiro da²**RESUMO**

O trabalho aborda de forma resumida um tema fundamental para a educação contemporânea em face aos acontecimentos e mudanças que impactaram as sociedades nos últimos anos. Visa situar os novos espaços e as práticas pedagógicas, bem como ressignificar o conceito escolar, o perfil do profissional da educação e dos responsáveis pelo ensino nesse novo contexto social. É utilizada uma metodologia que parte das leituras e observações do cotidiano, sempre objetivando trazer a importância da educação social e do terceiro setor, como uma forma viável na superação das deficiências do ensino no país, e apontar os riscos quando seus métodos são utilizados de forma inadequada ou para fins espúrios.

Palavras-chaves: Assistencialismo. Cidadania. Vulnerabilidade.

ABSTRACT

The work briefly address a fundamental theme for contemporary education in the face of events and changes that have impacted societies in recente years. Its aim to situate new spaces and pedagogical practices, as well as redefine the school concept, the profile of education professional and of responsible for teaching in this new social context. Its used a methodology which starts from readings and observations, always aiming to bring the importance of social education and the third sector, as a viable way to overcome the deficiencies of education in the country, and to point out the risks when its methods are used inappropriately or for spurious purposes.

Keywords: Welfarism. Citizenship. Vulnerability.

1. Graduado em Pedagogia/Supervisão Escolar - Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS/EDUCON. Pós Graduando, em Pedagogia Social e Elaboração de Projetos - Faculdade Integrada Instituto Souza - FASOUZA. ce-linolira@hotmail.com

² Orientador do TCC. Pós-doutor em Neurociências. Programa de Pós-Graduação em Ciência do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares. Universidade de Brasília. E-mail: andreribeiro@unb.br

1- INTRODUÇÃO

Atualmente, a vulnerabilidade social tem sido um tema bastante discutido em todo o país e, muitas vezes, a necessidade de contar com pessoas qualificadas para lidar com esse problema superam a capacidade das gestões em recursos financeiros e humanos.

Num país de dimensões continentais como o Brasil, nem sempre o poder público alcança toda a população, fazendo com que milhões de pessoas vivam à margem da sociedade, sem o atendimento público necessário e sem o mínimo conforto na vida.

Por outro lado, as políticas públicas que deveriam combater essas desigualdades não têm continuidade de uma gestão para outra, o que inviabiliza as metas, projetos e programas que buscam solucionar os problemas a longo prazo.

Geralmente, os quadros de pessoal que atuam nessas áreas são montados por políticos e tendem, apenas, beneficiar correligionários, garantir empregos ou fortalecer suas ideologias, e sem a mínima preocupação com a qualidade desses serviços.

Essa falha do poder público fez surgir uma nova frente para atuarem principalmente nas áreas: da saúde; combate à pobreza e na educação – as chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs).

Esse trabalho aborda o tema da Educação social de forma crítica, suscinta e as vezes empírica, bem como a materialização do assistencialismo, sob a visão de quem vivenciou esses problemas em uma das regiões mais pobres do país, conhecida como Bico do Papagaio no extremo norte do Estado do Tocantins.

Pretende mostrar como a exclusão social no Brasil é proposital e sistêmica, fruto de uma política perversa que à usa de forma silenciosa e como arma para a manutenção do populismo, ao tempo que mantêm sob controle, principalmente a população mais carente do país.

Nesse sentido, buscamos através de pesquisas qualitativas, entender esses problemas, bem como a atuação do formador social e do terceiro setor como agentes facilitadores da mudança social e pedagógica. Ressignificar o papel do professor e

reinterpretar a comunicação destes com o seu público, geralmente, provenientes de contextos sociais e culturais dos mais diversos locais de exclusão.

Situar a importância da educação social nos diversos espaços culturais, principalmente, a sua práxis, além de demonstrar a inconsistência dos projetos e programas sociais existentes.

2- UM NOVO MUNDO, UMA NOVA ESCOLA

Os últimos três anos da nossa história foram marcados por acontecimentos que produziram efeitos sem precedentes na história, não só do nosso país, mas de toda a humanidade. Esses eventos impactaram a sociedade no campo da saúde, economia, política, da educação e no trabalho.

Compreender o cenário de incertezas deixado pela pandemia do COVID19, as implicações e os impactos desse acontecimento para essa e as futuras gerações deve ser tema transversal, principalmente para aqueles que atuam na área do conhecimento.

A tendência – no âmbito mundial – é pelas integrações, e essas mudanças trazidas por esses fenômenos acabaram gerando uma nova consciência social no campo do trabalho, *no perfil dos trabalhadores* e, conseqüentemente no sistema de ensino.

A educação não-formal é justificada principalmente pelas mudanças que abalaram as estruturas da família e o mundo do trabalho, gerando um novo contexto social e a necessidade da reorganização da sociedade para atuar nessa nova realidade.

Essas transformações também fazem crescer constantemente as obras sociais nas organizações não governamentais, instituições privadas e religiosas, sob a égide de transformar a realidade social de milhares de crianças, adolescentes e adultos que se encontram em “vulnerabilidade” social.

Essas crianças e jovens vulneráveis às drogas, ao mundo do crime e à exploração sexual, ao participarem dos projetos sociais têm a oportunidade de

aprenderem uma profissão, além de exercerem práticas saudáveis de convivência, pois são apresentados ao mundo das artes, da cultura, dos esportes e lazer.

Para o psicólogo COX (1988 p. 7), as transformações culturais ao mesmo tempo que forçam a derrubada de tabus e preconceitos, têm o poder de produzir a coexistência com problemas sérios como as drogas, por exemplo, hoje presente nas escolas, nas casas e locais de trabalho.

A rede pública de ensino já provou que não consegue atender essa demanda, excluindo uma boa parcela da população, além de atuarem com atividades limitadas e de baixa qualidade.

Para KOFI ANNAM, ex-presidente geral da ONU *apud* PSDB, (2001 p. 17) é justamente o desprezo à educação que não nos deixa chegar à geração futura, troca-se apenas os personagens, mas as atitudes são as mesmas, quando ele diz, que, “...Uma sociedade que se isola de sua juventude destrói sua fonte de vida e está condenada ao fracasso”.

Isso porque é da natureza da juventude transformar e reinventar, e quando essa força não é canalizada corretamente ela se manifesta de forma destrutiva ou autodestrutiva.

É preciso assumirmos uma nova postura diante do desprezo coletivo a essa geração. Não apontando culpados, mas assumirmos responsabilidade por nossos filhos, e pelos filhos dos outros, o que para LIBÂNEO, (2003 p. 17) não é uma tarefa fácil, quando aponta o *individualismo* e o *egoísmo* como o principal entrave a essa conquista, pois segundo ele, no momento prevalecem mais os interesses imediatos do que os princípios, valores e atitudes voltadas à vida coletiva, solidariedade e o respeito aos outros.

A história não está escrita, ela está sendo escrita e os jovens não são meros espectadores dessa história, mas seus agentes... O futuro começa agora, ele se chama juventude. Franco Montoro *apud* PSDB (2001 p. 37).

Entre os principais aspectos que impulsionam esse novo conceito de educação destacam-se:

- Os avanços tecnológicos na área da informática e telecomunicações;
- Integração das grandes corporações, mercados e capital internacionalizados;
- Difusão da informação e das novas tecnologias da comunicação;
- Novas formas de organizações do trabalho;
- Guerras biológicas;
- Confinamentos (*lockdown*).

A educação não-formal é aquela que ocorre fora do sistema de ensino formalizado, sendo complementar a esta. “É um processo organizado, mas geralmente seus resultados não são formalmente avaliados e tem como objetivo resgatar os valores essenciais para a formação de cidadãos protagonistas de sua própria vida”. (GOHN, P. 20 2014).

Para Piconez, esse contexto exige metodologias e conteúdo que despertem:

(...) as habilidades de pesquisar, de ler, de experimentar, de criar alternativas próprias, de questionar, de conviver com ideias diferentes, de analisar contradições que altere substancialmente a figura do professor como o que repassa os conteúdos, aluno como objeto de aprendizagem e não como parceiro da construção de conhecimentos. (PICONEZ, 2002, p. 25).

Os educadores sociais geralmente são voluntários que saem da própria comunidade, muitas vezes sem a formação necessária para o exercício da função pedagógica. Seu papel é mediar os interesses entre o educando e a sociedade, na busca de aproximação desses com o seu meio.

Esses educadores chegam à educação não-formal forçados pela carência desse profissional na comunidade, e outros, ainda, pelo altruísmo e vontade de fazer a diferença.

Já para Medina (2002 p. 42) foi o aumento da população seguido da oferta do ensino que acabou gerando a improvisação de pessoas na função de ensinar.

Esses profissionais precisam de preparo, pois lidam com problemas complexos, e que exigem conhecimentos multidisciplinares - para exercer não apenas, suas funções, mas para exercê-la dentro da ótica de valorização da “cidadania”.

Assim o profissional da educação social também deve ser visto como o cidadão que através do seu trabalho busca a satisfação da comunidade ao mesmo tempo que contribui para o seu desenvolvimento.

Por educação formal entende-se como a educação organizada e sequenciada que as escolas proporcionam à população, enquanto que a informal abrange todo o conhecimento adquirido pelo indivíduo no decorrer de sua vida.

A educação informal tem como método básico a vivência, a reprodução do conhecido, a reprodução da experiência, segundo os modos e as formas como foram aprendidos e codificados.

A educação não-formal por sua vez, diverge da educação formal no que diz respeito à não fixação de temas e locais e à flexibilidade na adaptação de conteúdos e grupos.

As características da educação formal:

- Formalizada;
- Institucionalizada;
- Como um direito de todos;
- Acontece em espaços definidos;
- Conteúdos e objetivos previamente demarcados;
- Sequência dos níveis de aprendizagem;
- Centralizada e com órgãos fiscalizadores.

A educação não-formal segundo GOHN (2014 p. 6) contesta a ideia dominante de restringir o processo educacional ao espaço escolar, pois o momento exige a ampliação do conceito educação para atuar nos espaços não-formais ou informal.

As características da educação não-formal:

- Não apresenta uma sequência ou hierarquia de progressão;
- Sua duração é variável e pode ou não conceder certificados;
- Seu tempo é flexível, respeitando as diferenças e capacidades do estudante.

Ainda segundo GOHN, neste contexto vale destacar os movimentos sociais pela educação:

(...) pois são sujeitos importantes na construção do saber e têm em seu caráter histórico processos que ocorrem dentro e fora das escolas e em outros espaços institucionais. Suas lutas pela educação e direitos são partes da construção da cidadania e abrangem questões tanto de conteúdos escolar, quanto de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos e direitos culturais. GOHN, (2014 p. 20 e 21).

2.1- ESPAÇOS DA EXCLUSÃO E BRIGAS PELO PODER

O Brasil é uma nação rica e possui o potencial necessário para dar ao seu povo as condições necessárias para uma vida digna e feliz, mas infelizmente, ainda convivemos com deficiências estruturais que a muito deveriam ter sido superadas.

A assistência social é importante para a construção de qualquer nação, principalmente àquelas mais pobres. No entanto, persistir com esse modelo de gestão em detrimento às políticas públicas que realmente nos tire da condição de carentes é um paradigma que se não for quebrado poderá nos levar ao eterno fracasso.

Esse mesmo “assistencialismo” que deveria combater a exclusão social no país, muitas vezes acaba estimulando a subserviência, troca de favores, produz a manipulação e conseqüentemente a dominação.

O paternalismo é uma prática constante que os governos utilizam em troca de algum benefício. Dessa forma, ao invés de representarem honestamente os interesses daqueles que os elegeram, os políticos abusam disso para se perpetuarem no poder ou para atingirem outros objetivos.

Para Giddens, *apud* Stephen & Magalhães & Rodrigues, (2004 p. 21) uma dependência é a falta de habilidade para colonizar o futuro e, como tal, contraria uma das principais preocupações que os indivíduos têm no agora, reflexivamente.

As dependências são, pois, um índice negativo no comportamento daqueles que perderam seu direito de escolha, passando ao não pertencimento, nem a si, nem ao seu meio social e vivem sob paradigmas que foram construídos por pensamentos extraídos fora do seu contexto.

Para Castells, *apud* Stephen & Magalhães & Rodrigues, (2004 p. 26) o que designa por “informacionismo”, no contexto da reestruturação capitalista, produziu novas formas de desigualdades e de diferenciação social que resultaram não só em exclusão social nas sociedades ocidentais, mas também, na exclusão social de países inteiros e parte de continentes como a África subsaariana, por exemplo. Castells define a exclusão social como:

(...) o processo pelo qual certos indivíduos e grupos são sistematicamente impedidos de ascender a posições que lhes permitiriam uma forma de vida autônoma dentro das normas sociais enquadrados por instituições e valores, num determinado contexto. Em circunstâncias normais, no capitalismo informacional esta posição é comumente associada com a possibilidade de acesso a um trabalho pago regularmente para, pelo menos, um membro num agregado familiar estável. A exclusão social é, de fato, o processo que não permite uma pessoa o acesso ao trabalho no contexto do capitalismo. Castells, *apud* Stephen & Magalhães & Rodrigues, (2004 p. 26)

Ainda, segundo Stephen & Magalhães & Rodrigues, (2004 p. 26) nesta citação de Castells, o que está em jogo é a distribuição diferencial de poder nos “novos tempos” das relações sociais globalizadas.

Segundo o IBGE, existem no Brasil 5.570 municípios, num intenso processo de urbanização - sem as infraestruturas necessárias, nem empregos suficientes para a população o que acaba gerando com a mesma rapidez que crescem, os dramas, que hoje enfrentamos.

Formaram-se grandes centro urbanos, mas a gestão não conseguiu acompanhar o crescimento e enfrentar os milhares de problemas que surgem nas cidades. Isso fez o setor privado entrar nesse campo e criar a indústria da saúde, da educação e o novo setor social privado.

Isso também fez nascer o drama da polarização entre ricos e pobres, que constitui hoje a nossa marca e pela qual somos vistos lá fora.

Esta mesma marca que nos estigmatiza no exterior é reforçada pela mídia e pelas nossas autoridades em viagens fora do país, pois toda prática necessita de uma justificativa e para isso são construídas as diversas narrativas que servem de cortinas de fumaça para encobrir a ineficiência e a corrupção.

Em entrevista lá fora, um presidente brasileiro disse sem o menor pudor que mentia e falsificava dados: “Disse que era bonito sair pelo mundo falando mal do Brasil”. Falou também que era aplaudido quando fazia isso. (youtube 2014).

Por último, conforme matéria do Estadão, a ministra do meio ambiente e mudança do clima, participou dia 17 de janeiro de 2023 do Fórum Econômico Mundial, em Davos na Suíça. No evento, hiperbolicamente, afirmou que o Brasil teria 120 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar, mas depois se corrigiu. (estadão.com.br 2023).

Nesse aspecto de inoperância do estado no setor social, fez com que um número crescente de organizações não governamentais de diversos tipos, comesçassem arregaçar as mangas em busca de soluções, principalmente, nas áreas de qualificação profissional e geração de renda.

Esses grupos, no entanto, são vistos com desconfiança por aqueles que temem a desobrigação do estado e a eterna ameaça da esquerda que usa esses espaços para instalar sua ideologia. Mas o que percebemos, é que, muito já foi feito e ainda há muito a se fazer com a ajuda da sociedade civil organizada.

Percebe-se, também, que as comunidades não querem substituir o estado ou o setor privado, mas, construir novas estruturas organizacionais e criar parcerias com diversos setores. Assim surge novas formas de organizações – e fez surgir o “terceiro setor”.

3- DESENVOLVIMENTO SOCIAL POLARIZADO: SOCIEDADE EXTRATIFICADA

Segundo o Ministério do Trabalho, o Brasil possui a quinta maior população economicamente ativa do mundo, mas as diferenças de rendimentos se acentuam quando comparada entre trabalhadores brancos e negros.

Já o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos (DIEESE), diz que o índice de desemprego é muito maior para a população negra em relação com a branca. Principalmente entre as mulheres.

Para preencher esse déficit as organizações sociais e grupos de autogestão vêm implementando cooperativas de trabalho e renda, programas populares de créditos no âmbito da chamada economia solidária.

Das cidades mais populosas até as comunidades mais carentes um número crescentes de cidadãos e administrações municipais estão se esforçando para encontrar as melhores soluções para as questões sociais. Esses problemas são complexos, excluem, tira a dignidade e não se resolvem sozinhos.

De acordo com o Guia de Direitos Humanos, o homem sem seus direitos não é capaz de desenvolver-se, nem desfrutar de uma existência digna, pois sem o conjunto dos direitos que são fundamentais para garantir o respeito à vida, à liberdade e a dignidade é impossível atingirmos esses objetivos. Guia dos Direito Humanos, (2003 p. 13).

Em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, logo em seu primeiro artigo, esse documento estabelece que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito”.

Além disso, todos devem agir, em relação uns aos outros, com solidariedade e fraternidade: se houver “respeito dos direitos humanos”, serão reduzidas as injustiças sociais, e a humanidade poderá viver com segurança e em paz.

Em meio a toda a desigualdade existente no Brasil encontramos aqueles que surfam na onda das chamadas minorias.

Até pouco tempo, dizíamos que o que nos unia eram: a cachaça; feijoada, samba; futebol e o carnaval. Hoje convivemos em um país fragmentado e dividido. O

que ouvimos é: “negro pra lá, brancos pra cá; héteros pra cá, LGBTQI+ pra lá; homens pra lá, mulheres pra cá; índios pra cá, quilombolas pra lá; feministas, caixara etc”.

A promoção, dessa divisão, acontece de forma escancarada e sistemática. Enquanto esses grupos brigam entre si, os mesmos agentes que promovem essa divisão aparecem quase sempre travestidos de altruístas: orquestram a situação de longe e conseguem convergir a força dessas massas para si, sempre que precisam delas para atingir seus objetivos, na busca incessante pelo poder.

Por outro lado, esses grupos não conseguem ascender economicamente e vivem sob a filosofia do vitimismo - os chamados, “mimimis”. Vejamos uma figura ilustrativa do que mais se assemelha com esses personagens:

Suponhamos que o parasita *lombriga* (áscaris lumbricoides) pensasse. Ele imaginaria vivendo em um país gigante que é o seu hospedeiro, ali, ele não produz, apenas suga a energia, com a condição de que seu hospedeiro nem morra e nem fique forte, pois, se morre, ele morre junto, se ficar forte, ele será expelido.

Essa ilustração é um retrato fiel das camadas mais baixa da nossa população que infelizmente vivem estagnadas, exploradas e sem nenhuma perspectiva de crescimento econômico e social. Estão à luz de paradigmas promovidos por ideologias que nunca deram certo em nenhum lugar do mundo.

Em meio a guerra de narrativas, o *parasita* pode ser tanto o capitalismo, insistentemente chamado de burguesia, quanto a política, representada por suas bancadas, que deveriam defender o social, mas na verdade estão sempre na defesa de seus próprios interesses.

A burguesia nem sempre foi sinônimo de riqueza, pois segundo Léo Huberman em sua obra “A história da Riqueza do Homem” o termo *burguês* nasce no período de transição entre o sistema feudal e o capitalismo.

O termo vem da palavra *faubourg* ou *burgo*, nome dado às cidades que foram construídas pelos primeiros comerciantes, geralmente em cruzamentos de estradas ou confluência de algum rio onde eles costumavam acampar.

Assim como foi no fim do feudalismo, o que vai mudar esse sistema não será a imposição de uma ideologia, e mesmo com a agenda global a todo vapor, ela não será capaz de impor uma nova onda, pois nenhum sistema nasce ou acaba assim,

planejado: Eles nascem e acabam por forças geralmente impulsionadas pela insatisfação das massas, como aconteceu com o feudalismo.

A partir do momento que o vassalo não suportou mais a carga tributária e as humilhações impostas a eles pelos suseranos, partiram para terras devolutas ou para os *burgos* e, ali se reinventaram. Descobriram novas formas de viver e conseqüentemente novos meios de produção, que afetou o mundo dos negócios, do trabalho e a cultura.

A máxima de que “é impossível tornar igual os desiguais” defendida por muitos, está ganhando ponto, pois embora a *igualdade* seja uma das bandeiras daqueles que defendem o marxismo no Brasil, na prática, não é o que acontece.

Perguntas começam a serem feitas entre aqueles pensam, e partem de um silogismo bem simples. Analisemos, pois, essas verdades:

Por que, quem trabalha ganha menos de quem não trabalha como o caso dos detentos, por exemplo? Por que os artistas que não se preocupam em gerar renda, a não ser com o seu próprio luxo, tem para eles um orçamento superior ao do agro negócio – que produz alimentos, gera emprego e renda à população?

Não é ir contra esses grupos, é a falta de lógica. Logo outras minorias se sentirão injustiçadas e não serão atendidos, pois a máquina pública não suportará esse modelo político de favorecimento. Todo país que se preze, ao pensar na dignidade de seu povo deve investir na produção, empregos, habitação, uma saúde e educação de qualidade. Caso contrário, estará fadado ao fracasso.

4- PROJETOS E PROGRAMAS E O ATO DE PLANEJAR

A questão da educação está entre as mais evidentes necessidades para o país mudar, mas aprender necessita de conexões entre conhecimentos, habilidades e experiências que possam se juntar a novos conceitos e contextos.

Não é um processo simples e uniforme, e quando foge do campo tradicional como a educação social, cabe a quem ensina valorizar a diversidade dos participantes e promover uma variedade de recursos e métodos no seu planejamento a fim de atingir completamente os seus objetivos. Nessa perspectiva Paulo Freire diz que:

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem de responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizada, ora como fator de mudança. Às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras, interferindo no processo histórico, instrumentalmente. De qualquer modo, para ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se ponha em relação de organicidade com a textura da sociedade a que se aplica. Paulo Freire apud Ana Inês et al (2010 p. 33).

Conforme a LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9.394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, diz no seu artigo 1º que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

A gestão pública ao admitir a sua ineficiência e incapacidade em gerir as demandas da educação fez surgir uma nova proposta em oposição à educação convencional, criando novas alternâncias pedagógicas. Esse novo modelo de formação tem buscado resgatar os valores dos sujeitos com conhecimentos e consciência cidadã, mas que de certa forma encontram-se inibidos.

São mães e pais de famílias que não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa e muitas vezes, ainda são jovens que contraíram o matrimônio precocemente e hoje encontram-se sem nenhuma formação e preparo para levar uma vida a dois longe da casa dos pais.

O desempenho das atividades educacionais extraescolar em sua maioria ocorre nos espaços ocupados pelo terceiro setor que oferecem através de seus projetos o apoio que garante o acesso dessas pessoas a diferentes espaços do conhecimento.

Empresas paraestatais como as do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC) Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (CENAC) Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) fazem parte dos serviços nacionais de promoção social e aprendizagem.

Este sistema é constituído por um conjunto de organizações criadas através da iniciativa privada, e são de extrema importância para o país no âmbito da qualificação, pesquisa, incentivo à cultura e prática esportiva.

Esses programas ao desenvolverem suas ações usam metodologias que buscam as adaptações que atendam às necessidades do educando, conforme o perfil e o ambiente onde estão inseridos esses sujeitos.

Desde a década de 1980 vem ocorrendo uma intensa movimentação social, com o acirramento das lutas de classe no país, provocando questionamentos quanto as práticas pedagógicas, bem como o modelo didático. Vejamos no quadro a seguir as várias facetas das questões recorrentes detectadas pelos professores nos anos de 1980 a 1990, conforme a concepção de Martins (2003, p. 60 e 61).

Quadro 1 – Práticas dos professores nos anos 1980 e 1990

Ano	Questões Recorrentes
1985	Prevalecem as relações sociais de subordinação do professor, ora ao supervisor, ora ao livro didático.
1986	Prevalecem as relações de subordinação. Aparecem tentativas de planejamentos mais coletivos.
1987	As relações de subordinações se mantêm. Os planejamentos mais coletivos seguem a orientação voltada para as “necessidades” dos alunos. Já se discute a inadequação de conteúdos e métodos.
1988	A hierarquia de funções permanece. Aprofunda-se a busca de um planejamento mais coletivo, observando os interesses e necessidades dos alunos.
1989	Planejamento pré-determinado por instâncias superiores começam a se modificar.
1990	Amplia-se a preocupação do planejamento participativo e interdisciplinar.
1991	Matem-se a preocupação nas experiências dos alunos e o planejamento participativo; insiste-se em ser construtivista”
1992	Aparecem tentativas em relacionar conteúdo com a realidade dos alunos no plano metodológico, e de alterar a relação pedagógica para as práticas mais coletivas e solidárias.
1993	Existem práticas mais coletivas de planejamento e predeterminação sem a participação direta do professor.
1994	Tentativa de trabalho coletivo nas escolas aparecem mescladas da organização pré-determinando o trabalho do professor, mesmo nas escolas que optam por linhas de trabalhos construtivistas.

Fonte: do autor.

Finalmente, do período de 1994 até os dias atuais configura um momento cuja ênfase recai na problemática da população e na sistematização do conhecimento. Nos

mostrou que a prática e a didática dos professores, evolui por ênfases distintas, e intrinsecamente relacionadas, quais sejam, as dimensões políticas do ato pedagógico.

Em todo o país, existem milhares de iniciativas, oriundas tanto do poder público, quanto da sociedade civil organizada com o objetivo de contribuir com a promoção dos direitos sociais através de seus projetos e programas

Esses programas estão relacionados às políticas públicas que visam romper os paradigmas coexistentes no meio social, podendo ser definidos como o conjunto de ações desenvolvidas pelo estado (direta ou indiretamente) com o objetivo de garantir direitos de “cidadania”.

O programa do governo federal PRODER (Programa de Emprego e Renda)³, desenvolvido pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas) é um bom exemplo a ser mostrado, uma vez que contempla ações que podem ser aplicadas nos diversos campos sociais, inclusive na formação das camadas mais baixas.

Esse programa contribuiu muito através do apoio mútuo de diferentes instâncias da sociedade, desenvolvendo ações integradas entre os diversos setores sociais. Sua finalidade era incentivar as políticas públicas voltadas ao: Desenvolvimento auto sustentável; Qualificação profissional; fortalecer a economia local e conseqüentemente a geração de emprego e renda nas regiões mais pobres país.

Aprender algo novo e fora do convencional não é uma tarefa fácil, pois não é um processo simples e uniforme. Ensinar nesse contexto exige estabelecer e manter conexões, possibilitando, assim, que conhecimentos, habilidades e experiências vivenciadas possam ser integradas a novas ideias e conceitos.

Segundo Haddad:

³ Programa federal executado pelo SEBRAE e destinado aos municípios carentes do Brasil no final dos anos 90. Sua missão: despertar talentos e vocações e geração de renda. Fez muito sucesso no Bico do Papagaio entre os micros empreendedores do campo e da cidade, formalizando e assessorando associações comunitárias, e fortalecendo o comércio através de suas palestras motivacionais, cursos de qualificação profissional e consultorias.

(...) a ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova. Já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com os adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e posteriormente, aos escravos negros. (HADDAD, 1991 p. 108/109)

Pensar na pedagogia da alternância é pensar numa proposta educativa em oposição à educação convencional e foi a necessidade frente à realidade brasileira, principalmente no campo, que fez surgir esse modelo, tendo relação direta com a economia agrícola.

Selecionar e atrair seu público não é uma tarefa fácil, exige estratégias e abordagens bastante sutis, utilizando uma ampla variedade de atividades, onde os participantes se sintam confortáveis e possam facilmente manifestar seus valores.

Com isso o planejamento se torna uma necessidade constante do ponto de vista organizacional uma vez que planejar é analisar uma dada realidade, refletindo sobre as condições existentes, e prevendo as formas e alternativas de ações para superar as dificuldades e alcançar os objetivos.

Segundo Vasconcelos 2003, o professor no ato de planejar “deve analisar a realidade, situando o problema, projetando as finalidades, e definindo formas de mediação”. Ao dimensionar o problema “deve dividi-lo em elementos essenciais como: Análise, e a real necessidade; escolher um tema; Definir bem os objetivos; definir os conteúdos e escolher a metodologia a ser aplicada, bem como o tempo/duração, os recursos e as formas de avaliar”.

(...) é indispensável considerar que a qualidade que se pretende atingir é a qualidade social, ou seja, a realização de um trabalho escolar que represente, no seu cotidiano vivido, crescimento intelectual, afetivo, político e social dos envolvidos – tendo como horizonte a transformação da realidade brasileira -, o que não pode ser avaliado/medido apenas por meio de estatísticas e índices oficiais.

(Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, *apud* MEC&SEB, p.48 2006).

É privilegiando o exercício político da “cidadania”, com propostas que levem os gestores e também as lideranças sociais a estarem atentos às alternativas que tornem mais coletivas e transparentes a formulação de decisões na implementação das políticas públicas, que avançaremos rumo a um futuro melhor.

Com isso diminuiremos as desigualdades sociais, otimizando os recursos públicos, ao mesmo tempo que “romperemos com os vícios da política brasileira” como o clientelismo, a má aplicação dos recursos públicos, e a corrupção.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de fazer esse curso partiu de uma amiga de trabalho quando ainda estávamos em lockdown. Não compro livros desde 2010 e a primeira ideia era facultar não fazer esse TCC, por não ter o tempo necessário para realizar a pesquisa, além da biblioteca está obsoleta.

Espera-se que, com esse trabalho criar oportunidades de diálogos entre os diferentes setores da sociedade, principalmente os que estão inseridos no processo educacional, e discutir a inserção das diversas alternativas de ensino, bem como tomar as medidas necessárias para a educação, diante da realidade social que vivemos.

Existe no país uma grande lacuna quanto a inserção dos grupos sociais mais vulneráveis aos serviços públicos, aos meios de comunicação, lazer e entretenimento. Essas pessoas convivem entre nós sem o mínimo do que têm em direitos e invisíveis aos olhos insensíveis das camadas sociais mais altas.

Percebe-se, também, que ainda convivemos com problemas que a muito deveríamos ter superados, e por outro lado, os gestores insistem no imediatismo, acordos políticos, sem o planejamento adequado, e a triste realidade do ato de improvisar.

A pesar da qualidade na execução de qualquer ação ser um fator essencial, não podemos julgar pejorativamente a qualidade dos serviços daqueles que dedicam o seu tempo ao próximo, tendo como recursos, apenas a força de vontade - mas sim, dar-lhes medalhas por fazerem a diferença na vida de muita gente - com atitudes tão humana e necessárias para o momento.

A batida de um carro conduzido por uma pessoa não habilitada, já é de se esperar. Da mesma forma esse país jamais alcançará êxito, na base do imprevisto e

do assistencialismo, pois os problemas sociais são sérios, bem definidos, e não se resolvem facilmente.

Por outro lado, existe uma crise moral sem precedentes na história desse país. No momento predomina um relativismo moral baseado no interesse pessoal, na vantagem, sem referências aos valores humanos como a dignidade, a solidariedade, a justiça, a democracia e o respeito à vida. Se a sociedade não se posicionar frente à essa afronta moral estaremos fadados ao fracasso enquanto nação.

O combate a esses problemas requer pessoas preparadas e honestas para lidar com os mesmos – sem os ajeitamentos do “toma lá, dar cá”, em detrimento de muitos, mas, sob a égide da ética, da justiça, da lei e da ordem.

Ninguém tem fórmula mágica para solucionar nenhum problema, mas ficam aqui cinco dicas importantes para o momento: 1) Urgência na reformas política desse país; 2) Urgência na substituição dos agentes públicos e alternar poderes; 3) Deixar de lado os discursos e partir para o abraço; 4) Dizer que “amar a pátria” não é caretece, e sim, patriotismo; 5) Mostrar que países, estados, regiões e municípios que esperam a solução dos problemas vir de cima, poderão ter seus sonhos e futuro pintado com outras preferências, portanto, a hora é essa.

Depois desses considerando e do ponto de vista político-pedagógico, promover o social no âmbito do trabalho, da educação e cultura, só assim, será possível alcançarmos uma qualidade de vida mais satisfatória para o nosso povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MEDINA, Antonia da silva – **Supervisão Escolar, da Ação Exercida à Ação Repensada/2ª ed.** – Porto Alegre: AGE/RS, p. 42 2002.

PSDB, - **Políticas Públicas de Juventude: Uma proposta para a sociedade.** – Brasília/ DF. P. 17 e 37 2001.

COX, W. Miles – **Tudo Sobre Drogas: Personalidade do Viciado** São Paulo, SP: Nova Cultural, v. I p. 7 1988.

Libâneo, José Carlos - **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente/ 7ª ed.** – São Paulo, Cortez, p. 17 2003.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. **Educação de Jovens e Adultos**. Campinas, SP: Papyrus, p. 25 2002

COLTINHO, Carlos Nelson – **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios/ 3ª ed.** – São Paulo, Cortez, 2008.

STEPHEN, R, Stoer, Antonio M. Magalhães, Davi Rodrigues – **Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação** – São Paulo: Cortez, p. 26 2004.

LEO HUBERMAN – **História da Riqueza do Homem/ 21ª ed, revista/** Rio de Janeiro, RJ – Guanabara, p. III p. 27 1986.

BNDES, 125 Dicas – **Ideias para a ação municipal** – São Paulo, Polis, 2000.
Guia de Direitos Humanos: ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância/
Fontes para jornalistas – São Paulo SP: Cortez, p. 13 2003.

Niza Silva Jardim et. al. – **Lixo Municipal: manual de gerenciamento integrado/ 1ª ed.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas: CEMPRE, Publicação IPT, p. 9 1995.

Ana Inez Sousa, et. al. – **Paulo Freire: vida e obra/ 2ª ed.** – São Paulo: Expressão popular, p. 33 2010.

GOHN, M.G. **Educação não formal, Aprendizagens e saberes em processos participativos**. Disponível em: http://epale.ec.europa.eu/filesgohn_p.6 2014

GOHN, M.G. **A educação não formal e a relação escola-comunidade**. *Eccos*, São Paulo, v. 6, n. 2. p. 39-65, 2014.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. **A Didática e as contradições**. São Paulo, Papyrus, 2ª ed. P. 60 e 61 2003.

HADDAD, Sergio. **Estado e educação de adultos, 1964 – 1985**. São Paulo: USP, p. 108/109 1991.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1994/19394.htm

<http://www.youtube.com/watch?v=22zWep8cBh4> - Lula fala mal do Brasil numa reunião do Instituto Lula – 04/10/2014.

<http://www.youtube.com/watch.poder360> **Foro Econômico Mundial** 19 de jan. de 2023

VASCONCELOS, Celso S. **Planejamento/ Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**, 11ª ed. São Paulo: Liberdade. 2002.

BRASIL. *Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania*. Brasília: MEC, SEB, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>